TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1144/2018

Por Deliberação de 6 de setembro de 2018, e ao abrigo do disposto no n.º 14 do artigo 1.º da Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do ISS, I. P. delibera:

1 — Criar, na dependência da Direção do Centro Distrital de Lisboa, uma Equipa de Projeto de Acompanhamento e Monitorização do Banco de Horas, com os seguintes objetivos de recuperação de pendências:

- a) Registo, análise e proposta de decisão nos processos de prestações imediatas;
- b) Registo, análise e proposta de decisão nos processos de prestações diferidas, incluindo no âmbito da verificação de incapacidades;
- c) Registo, análise e emissão de formulários no âmbito dos instrumentos internacionais de segurança social;
- d) Registo, análise e correção dos pedidos de enquadramento, vinculação e incentivos;
- e) Regularização das carreiras contributivas dos beneficiários, pela análise e correção dos períodos em falta ou anómalos;
- f) Correção de erros nas declarações de remunerações, análise e regularização de sobreposições;
- g) Registo, conferência, análise e proposta de decisão nos processos de proteção jurídica.

2 — A Equipa de Projeto tem a duração de doze meses.

3 — Designar a licenciada, Elisabete Ramos da Conceição, técnica superior do mapa de pessoal do ISS, I. P., que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidência a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação, como Coordenadora da Equipa de Projeto, que auferirá pelo exercício destas funções, a remuneração equivalente a Chefe de Equipa.

A presente Deliberação produz efeitos a 6 de setembro de 2018.

6 de setembro de 2018. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, Rui Fiolhais.

Nota Curricular

Elisabete Ramos da Conceição nasceu a 26 de maio de 1963. Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa em 1991, é técnica superior do Centro Distrital de Lisboa — Instituto da Segurança Social, I. P.

De novembro de 2015 até à presente data, desempenha funções de técnica superior no Núcleo de Planeamento e Gestão de Informação da Unidade de Apoio à Direção do Centro Distrital de Lisboa; de setembro de 2012 a novembro de 2015, foi Diretora do Núcleo de Apoio a Programas da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas com as funções de: acompanhar, apoiar o desenvolvimento dos projetos sobre os pedidos de licenciamento de IPSS e Estabelecimentos de Apoio Social; na área dos Projetos de Desenvolvimento Social, apoiar a execução dos projetos CLDS; nos Programas de Investimento Social Programas PARES, POPH, PILAR e PIDDAC, apoiar as entidades promotoras na instrução dos procedimentos de adjudicação de empreitada, Projetos Técnicos, equipamento móvel, Fiscalização em Obra; emitir parecer sobre Projetos de Execução, Fiscalização em Obra, Coordenação e Segurança em Obra; emitir relatórios de acompanhamento aos projetos de investimento; emitir parecer sobre pedidos de reprogramação de projetos aprovados; emitir parecer técnico no âmbito do Fundo de Socorro Social. De 2004 a 2012, desempenhou funções como técnica superior do Núcleo de Planeamento e Gestão de Informação no âmbito da Carta Social, Orçamento Programa, Rede Social, Interlocutora Distrital para o Programa Pares, monitorização dos Indicadores de Gestão, Fundo de Socorro Social; de 1997 a 2004 desempenhou funções na ex-Direção de Serviços de Ação Social do Centro Regional de Lisboa e Vale do Tejo, integrou o Grupo de Trabalho de Avaliação e Apoio Técnico ao Acolhimento Familiar; de 1992 a 1997 desempenhou funções como Técnica de Serviço Social em duas Instituições Particulares de Solidariedade Social no distrito de Lisboa.

311707451

Deliberação n.º 1145/2018

Tendo presente a orgânica, missão e atribuições do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 167/2013, de 30 de dezembro, bem como a organização interna dos seus serviços, constante dos Estatutos aprovados em anexo à Portaria

n.º 135/2012, de 8 de maio, alterada pelas Portarias n.ºs 160/2016, de 9 de junho, e 102/2017, de 8 de março, com o objetivo de imprimir uma maior eficiência e eficácia ao seu funcionamento, pela Deliberação n.º 80/2018, de 29 de março de 2018, amplamente divulgada na Internet do ISS, I. P., o Conselho Diretivo introduziu alterações na distribuição, pelos respetivos membros, da gestão das áreas de intervenção deste Instituto, tornando-se necessário, em consonância com essas alterações, proceder a novas delegações de competências.

1 — Neste contexto, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, o Conselho Diretivo delibera delegar no respetivo Presidente, mestre Rui Manuel Baptista Fiolhais, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática dos atos que se destinem a:

1.1 — Garantir a integração da atividade institucional do ISS, I. P. na missão e nos objetivos legal e superiormente definidos, coordenando quer a definição de orientações em todas as áreas deste Instituto e das finalidades a atingir pelos serviços quer o respetivo processo de implementação, desenvolvimento e avaliação;

1.2 — Assegurar a coordenação da unidade e da harmonização de procedimentos no âmbito do ISS, I. P., para tal emitindo instruções e propondo a elaboração de regulamentos aplicáveis de forma genérica a todas as áreas de atuação em que intervém e a todos os serviços;

1.3 — Assegurar a coordenação dos serviços desconcentrados dos ISS, I. P.;

1.4 — Assegurar e coordenar as relações institucionais com os órgãos de comunicação social e garantir a uniformidade e a sintonia de modos de atuação dos diversos agentes e interlocutores nessa mesma área;

1.5 — Apresentar queixas criminais em nome e no interesse do ISS, I. P., relativamente a factos ocorridos nas suas áreas de intervenção;

2 — Mais delibera delegar, no que respeita ao Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente (DCGC), os poderes necessários para decidir todos os processos e assuntos que versem sobre as matérias da responsabilidade deste Departamento, referidas no artigo 6.º dos Estatutos do ISS, I. P.; superintender, dirigir e coordenar a sua atividade, praticando os atos e emitindo as orientações e instruções que tiver por boas e necessárias à consecução dos seus objetivos, que se destinem a definir as estratégias de comunicação interna e externa, a implementar as respetivas ações e a uniformizar procedimentos formais e substantivos e maneiras de agir, bem como para aprovar o plano de ação anual e o respetivo relatório de atividades;

3 — No âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), delega no mesmo dirigente, os poderes necessários para decidir todos os processos e assuntos que se insiram nas respetivas áreas de intervenção, enunciadas no artigo 10.º dos Estatutos acima mencionados, nas matérias relacionadas direta ou indiretamente com a gestão e administração dos recursos humanos do ISS, I. P.; superintender, dirigir e coordenar a atividade do Departamento, praticando todos os atos e emitindo as instruções e orientações que entender por necessárias e convenientes à boa prossecução das suas finalidades e objetivos, que se destinem, designadamente, a gerir os recursos humanos afetos ou a afetar ao ISS, I. P.; determinar as regras de prestação de trabalho e fixar horários de trabalho; celebrar, prorrogar, renovar, rescindir e denunciar contratos de trabalho; autorizar acumulações de funções; conceder licenças sem vencimento de duração superior a 30 dias; autorizar a suspensão preventiva de trabalhadores arguidos em processos disciplinares; despachar os processos de acidentes de trabalho; despachar os processos relacionados com os pedidos de aposentação; uniformizar e melhorar procedimentos, circuitos e modos de agir, quer ao nível do próprio serviço quer a nível nacional, bem como divulgar medidas e diretivas específicas no âmbito das competências da respetiva área; decidir os recursos hierárquicos; autorizar as despesas relativas a procedimentos necessários à prossecução da atividade de recursos humanos, com a publicação de anúncios, pagamento de preparos e custas em processos de recrutamento e de contencioso de recursos humanos e aprovar os correspondentes plano de ação anual e relatório de atividades;

4 — Relativamente ao Departamento de Administração e Património (DAP), o Conselho Diretivo delega as competências necessárias para decidir todos os processos e assuntos relacionados com as matérias previstas no artigo 12.º dos Estatutos do ISS, I. P.; superintender, dirigir e coordenar a atividade do serviço, praticando todos os atos e emitindo as instruções e orientações que entender por necessárias e convenientes à boa prossecução das suas finalidades e objetivos, que se destinem, designadamente, a uniformizar e melhorar procedimentos, circuitos e maneiras de agir, quer ao nível do próprio serviço quer a nível nacional, bem como a divulgar medidas e diretivas específicas no âmbito das competências da respetiva área; gerir os recursos patrimoniais e despa-